

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXVII

FLORIANÓPOLIS, 9 DE MARÇO DE 2018

NÚMERO 7.243

MESA

Aldo Schneider
PRESIDENTE

Silvio Dreveck
1º VICE-PRESIDENTE

Mário Marcondes
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Dirce Heiderscheidt
2ª SECRETÁRIA

Ana Paula Lima
3ª SECRETÁRIA

Maurício Eskudlark
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: : Valdir Cobalchini

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Mauro de Nadal

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Milton Hobus

BLOCO PARLAMENTAR PP, PR, PSB, PODEMOS

Líder: José Milton Scheffer

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Dirceu Dresch

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Dóia Guglielmi

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Líder: Cesar Valduga

PARTIDO SOCIAL CRISTÃO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder: Rodrigo Minotto

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Jean Kuhlmann - Presidente
Valdir Cobalchini – Vice-Presidente
Mauro de Nadal
Ricardo Guidi
Darci de Matos
Dirceu Dresch
João Amin
Marcos Vieira
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Marcos Vieira – Vice-Presidente
Manoel Mota
Antônio Aguiar
Cesar Valduga
Valdir Cobalchini
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
José Milton Scheffer – Vice-Presidente
Valdir Cobalchini
Dóia Guglielmi
Manoel Mota
Gabriel Ribeiro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Serafim Venzon - Presidente
Cesar Valduga – Vice-Presidente
Dirceu Dresch
Manoel Mota
Fernando Coruja
Jean Kuhlmann
Valmir Comin

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Ricardo Guidi - Presidente
Serafim Venzon – Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Manoel Mota
Romildo Titon
Cleiton Salvaro
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Rodrigo Minotto - Presidente
Neodi Saretta – Vice-Presidente
Mauro de Nadal
Manoel Mota
Gelson Merisio
Valmir Comin
Dóia Guglielmi

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Milton Hobus – Vice-Presidente
Valdir Cobalchini
Luciane Carminatti
Fernando Coruja
Gabriel Ribeiro
José Milton Scheffer
Patricio Destro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Lázare - Presidente
Mauro de Nadal – Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Dóia Guglielmi
Valdir Cobalchini
Pe. Pedro Baldissera
Cesar Valduga

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Cleiton Salvaro - Presidente
Dirceu Dresch – Vice-Presidente
Mauro de Nadal
Jean Kuhlmann
Nilso Berlanda
Dóia Guglielmi
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Valdir Cobalchini - Presidente
Ricardo Guidi – Vice-Presidente
Mauro de Nadal
Neodi Saretta
João Amin
Marcos Vieira
Cesar Valduga

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Mauro de Nadal - Presidente
Narcizo Parisotto – Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Fernando Coruja
Gelson Merisio
Ismael dos Santos
Valmir Comin
Cleiton Salvaro
Dr. Vicente Caropreso

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Fernando Coruja - Presidente
Dirceu Dresch – Vice-Presidente
Cesar Valduga
Mauro de Nadal
Dalmo Claro
Nilso Berlanda
Marcos Vieira

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Romildo Titon - Presidente
Ricardo Guidi – Vice-Presidente
Manoel Mota
Dirceu Dresch
Patricio Destro
Dr. Vicente Caropreso
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini – Vice-Presidente
Fernando Coruja
Serafim Venzon
Antônio Aguiar
Natalino Lázare
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Cesar Valduga - Presidente
Pe. Pedro Baldissera – Vice-Presidente
Darci de Matos
Romildo Titon
Manoel Mota
Valmir Comin
Dr. Vicente Caropreso

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Fernando Coruja – Vice-Presidente
Mauro de Nadal
José Milton Scheffer
Serafim Venzon
Dalmo Claro
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Patricio Destro - Presidente
Milton Hobus – Vice-Presidente
Fernando Coruja
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Dr. Vicente Caropreso
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Dr. Vicente Caropreso - Presidente
Fernando Coruja – Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Valdir Cobalchini
Neodi Saretta
Nilso Berlanda
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Luciane Carminatti – Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Serafim Venzon
Romildo Titon
Dalmo Claro
Natalino Lázare

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos, bem como editoração, diagramação e distribuição.</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão.</p>	<p style="text-align: center;">DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p style="text-align: center;">EXPEDIENTE</p> <hr/> <div style="text-align: center;">  </div> <p style="text-align: center;">Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p style="text-align: center;">IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXVII NESTA EDIÇÃO: 12 PÁGINAS TIRAGEM: 3 EXEMPLARES</p>	<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 001ª Sessão Solene realizada em 1º/03/2018..... 2 Ata da 012ª Sessão Ordinária realizada em 07/03/2018..... 5 Ata da 013ª Sessão Ordinária realizada em 08/03/2018..... 7</p> <p>Publicações Diversas Ata de Comissão Permanente..... 8 Ofícios..... 8 Portarias..... 8 Projetos de Lei..... 10 Projeto de Lei Complementar..... 12 Termo de Doação..... 12</p>
--	--	---

P L E N Á R I O

ATA DA 001ª SESSÃO SOLENE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA REALIZADA EM 1º DE MARÇO DE 2018, EM COMEMORAÇÃO DOS 50 ANOS DO CURSO DE DIREITO DA UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ALDO SCHNEIDER

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Kuhlmann) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido para compor a mesa as autoridades que serão nominadas a seguir:

Excelentíssima senhora procuradora do município, Cleide Regina Furlani Pompermaier, neste ato representando o prefeito da cidade de Blumenau, Napoleão Bernades;

Excelentíssima senhora juíza de direito da Comarca de Blumenau, Quitéria Tamanini Vieira Pêres, neste ato representando o excelentíssimo senhor juiz diretor do Foro da Comarca de Blumenau, Edson Marcos de Mendonça;

Excelentíssima senhora promotora de Justiça, Kátia Rosana Pretti Armange, neste ato representando o procurador-geral de Justiça do estado de Santa Catarina, Sandro José Neis;

Magnífico reitor da Universidade Regional de Blumenau - Furb, professor João Natel Pollonio Machado;

Senhor diretor do Centro de Ciências Jurídicas - CCJ/Furb, prof. Antonio Carlos Marchiori;

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão solene foi

convocada por solicitação do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Aldo Schneider e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares, em comemoração aos 50 anos do curso de Direito da Universidade Regional de Blumenau - Furb.

Neste momento, teremos a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do hino.)

Convidamos, ainda, para compor a mesa:

Excelentíssimo senhor vereador Ricardo Alba, neste ato representando a Câmara de Vereadores de Blumenau;

E também, registrar a presença das seguintes autoridades:

Excelentíssimo senhor juiz da 3ª Vara do Trabalho de Blumenau, dr. José Lúcio Munhoz neste ato representando o excelentíssimo senhor presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, Roberto Basilone Leite;

Excelentíssimo senhor juiz de direito do foro universitário da comarca de Blumenau, Jeferson Isidoro Mafra;

Excelentíssima senhora vereadora do município de Apiuna, Rosalina Aparecida dos Santos;

Excelentíssimo senhor representante da Advocacia-Geral da União, Caio Alexandre Wolf;

Senhora conselheira federal da OAB/BR, Sandra Krieger Gonçalves, neste ato representando o senhor presidente nacional da OAB, Claudio Pacheco Prates Lamachia;

Senhor presidente da OAB/SC, subseção Blumenau, Romualdo Paulo Marchinacki;

Senhor assessor parlamentar Edelcio Jose Vieira, neste ato representando o excelentíssimo senhor senador da república Dalírio Beber;

Senhor assessor parlamentar Haroldo Bernardi, neste ato representando a excelentíssima senhora deputada estadual Ana Paula Lima e o deputado federal Decio Lima;

Senhora Dalila Leite Mendonça de Carvalho neste ato representando o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - Fiesc, Glauco José Côrte;

Senhor assessor parlamentar Arnaldo Zimmermann, neste ato representando o deputado Cesar Valduga;

A seguir, teremos apresentação de um vídeo institucional.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Kuhlmann) - Reitor Natel, como ex-acadêmico da Furb e a conhecendo desde minha época da ETEVI, do curso de Administração, da minha pós-graduação, aprendi que a grande missão da universidade, da nossa Furb, é preparar pessoas para ajudar a construir uma cidade, um estado, um país e um mundo melhor. A universidade, a nossa Furb, soube preparar muitas pessoas que nos orgulham e a nossa região, mas tenho certeza que o curso de Direito nos seus 50 anos de existência fez isso com maestria. Todos os cursos da Furb possuem pessoas de destaque, entretanto saliento que o de Direito há pessoas aqui que muito nos orgulham, que ajudaram a construir um estado, uma cidade, um país, tomando o mundo melhor.

Após assistir ao vídeo, posso dizer que a essência dele servirá de inspiração para o avanço e crescimento da Furb, inclusive o curso de Direito, nos próximos 50, 100, 150 anos. Enfim, todos nós juntos podemos mais!

Por isso, em nome da Assembleia Legislativa, é um orgulho estar aqui. Gostaria muito de parabenizar, em nome dos 40 deputados, a feliz iniciativa do deputado Aldo Schneider, presidente da Casa, ao propor esta sessão solene, aprovada por unanimidade pelos 40 deputados.

Também, gostaria, neste momento, de reconhecer, em nome do Parlamento catarinense, o que cada um fez pela universidade, o mínimo que podemos fazer, uma vez que a universidade é grande, mas todos aqueles que ajudaram a construí-la e todos aqueles que virão, são maiores ainda. Por isso, a justa homenagem do Parlamento catarinense à Furb e ao curso de Direito.

Parabéns por tudo que fizeram!

E uma das formas que a Assembleia se utiliza para homenagear a quem construiu a história, a quem nos orgulha e a quem, talvez, seja o grande exemplo para as futuras gerações, porque quando valorizamos os exemplos, plantamos uma semente para futuro.

Assim, gostaria de chamar o mestre de cerimônias para fazer a entrega das homenagens àquelas pessoas que, sem dúvida alguma, orgulham todos nós que amamos essa instituição e o curso de Direito.

Convido o mestre de cerimônias para proceder à nominata da entrega das homenagens. [Degração: Tayliny da Silva]

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Marcos Roberto Pereira) - Senhoras e senhores, boa-noite!

Neste momento, o Poder Legislativo catarinense, presta homenagem aos 50 anos do Curso de Direito da Universidade Regional de Blumenau - Furb.

Convidamos o excelentíssimo senhor deputado Jean Kuhlmann, para fazer a entrega das homenagens.

Convidamos para receber a homenagem o magnífico reitor da Universidade Regional de Blumenau - Furb, professor doutor João Natel Pollonio Machado.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem o senhor diretor do Centro de Ciências Jurídicas, professor Antonio Carlos Marchiori.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem o senhor diretor do Centro de Ciências Jurídicas nos períodos de 1976 a 1982 e 1998 a 2001, professor Arlindo Bernart.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem o senhor diretor do Centro de Ciências Jurídicas no período de 1990 a 1998, professor doutor João José Leal.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem a senhora diretora do Centro de Ciências Jurídicas no período de 2002 a 2010, professora doutora Patrícia Luiza Kegel.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem o senhor diretor do Centro de Ciências Jurídicas no período de 2010 a 2018, professor Antonio Carlos Marchiori.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Pelos relevantes serviços prestados ao Curso de Direito da Universidade Regional de Blumenau, convidamos para receber a homenagem o excelentíssimo senhor prefeito do município de Blumenau e chanceler da Furb, Napoleão Bernardes Neto, neste ato representado pela senhora Cleide Regina Furlani Pompemaier.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Senhoras e senhores, atendendo o que preceitua a norma do Comitê Nacional de Cerimonial Público, as homenagens a seguir serão entregues a familiares ou representantes de personalidades que não estão mais em nosso convívio. Cumprindo a norma já mencionada, as placas permanecerão fechadas em respeito à memória dos que já partiram.

Convidamos para receber a homenagem o senhor Marco Aurélio Bonatti dos Reis, neste ato representando seu avô, o senhor diretor do Centro de Ciências Jurídicas no período de 1982 a 1986, professor Pedro Reis Júnior, *in memoriam*.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem a senhora Liana Pretti, neste ato representando seu esposo, o senhor diretor do Centro de Ciências Jurídicas no período de 2001 a 2002, professor Fúlvio Pretti, *in memoriam*.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A seguir, o Parlamento catarinense fará entrega de certificados às personalidades que muito contribuíram na construção desses 50 anos de história.

Convidamos para receber o certificado a senhora vice-diretora do Centro de Ciências Jurídicas, professora doutora Kátia Ragnini Scherer.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado a senhora coordenadora do colegiado do curso de Direito, professora Tatiani Heckert Braatz.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado a senhora presidente do Núcleo Docente Estruturante do curso de Direito, professora doutora Maria Aparecida Bernart Laux.

Convidamos para receber o certificado o senhor chefe do departamento de Direito, professor José Augusto Kistner.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado a senhora coordenadora do Núcleo de Prática Jurídica, professora doutora Lenice Kelner.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado a senhora professora doutora Noêmia Bohn.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado o senhor professor doutor Nelson Nones.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado o senhor professor Renato Wolff.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado o senhor professor Paulo Luis Schmitt.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado o senhor professor Roberto Diniz Saut, representado pelo senhor Caio Alexandre Wolf.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado o senhor professor doutor Feliciano Alcides Dias.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado o senhor professor Leonardo Beduschi.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado a senhora professora Izabel Viviani Zardo.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado o senhor servidor técnico-administrativo do Núcleo de Prática Jurídica, Cesar Vilson Toassi.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado a senhora servidora técnico-administrativo do Centro de Ciências Jurídicas, Clarice Katlin Piaz Klock de Lima.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado o senhor presidente do Diretório Acadêmico Clóvis Beviláqua, Bruno Henrique Valeze de Andrade.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Agradecemos ao senhor deputado, ao senhor reitor e ao senhor diretor pela entrega das homenagens.

Esta sessão está sendo gravada e será transmitida durante a semana pela TVAL.

Muito obrigado! [Degração: Cinthia de Lucca]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Kuhlmann) - Parabéns a todos os homenageados! Muito obrigado por tudo que fizeram pela universidade, com certeza o grande valor de uma homenagem não está na questão simbólica, na placa, mas, sim, no merecimento em receber esta homenagem, e todos vocês são merecedores. Todas as senhoras e os senhores homenageados são, não só para esta instituição, mas para nós do Parlamento e para Santa Catarina, um exemplo a ser seguido, por isso, gostaria de pedir uma salva de palmas a todos os homenageados.

(Palmas)

Convido para proferir algumas palavras, trazer uma mensagem, em nome de todos os homenageados, o diretor do Centro de Ciências Jurídicas, professor Antônio Carlos Marchiori.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MARCHIORI - Excelentíssimo senhor deputado Jean Kuhlmann, em seu nome saúdo todas as autoridades já nominadas, e desejo inicialmente pedir ao senhor que transmita ao deputado presidente Aldo os nossos mais sinceros e emotivos agradecimentos. Diga-lhe que este gesto, que também foi respaldado por seus colegas, a unanimidade, como foi dito aqui, ficará gravado para sempre na nossa memória,

nos nossos corações. Peça-lhe também que receba todas as nossas melhores energias e as nossas preces.

Senhoras e senhores, recebi a imensa incumbência e responsabilidade de falar pelos homenageados nesta noite em que se comemora 50 anos de existência do nosso curso de Direito. Não é uma tarefa simples, e pretendo desincumbir-me de maneira muito rápida e simples.

Uma noite como esta desafia-nos projetar nossos olhares para o passado. Isso é inevitável! E aqui meu coração se enche de alegria e ternura por ver antigos mestres, firmes, muito bem, os meus colegas, os alunos. E de me lembrar também daqueles que sobrevivem eternamente nos nossos corações.

Aqui se costuma dizer que a Universidade de Blumenau é feita de pessoas. É isso mesmo! Essa é uma demonstração inequívoca de que o curso de Direito, que faz parte dela, também é feito de pessoas. Ela não tem uma história, como o curso não tem uma história, se não, a soma de todas as nossas histórias pessoais, nós somos a Furb, nós somos o curso de Direito. E por isso os meus agradecimentos em nome de todos os homenageados, essa homenagem belíssima que a Assembleia Legislativa faz nesta noite para o nosso curso.

Mas também, a noite de hoje nos obriga a olhar para o futuro, a projetar os nossos olhares para o futuro. Arriscaria dizer, deputado Jean Kuhlmann, senhoras e senhores, que a nação brasileira nunca precisou tanto de um ensino jurídico de qualidade. Um ensino jurídico de qualidade, penso, é aquele que pode, que consegue equilibrar duas forças que são normalmente antagônicas: a racionalidade e a emoção. A racionalidade nos obriga a lembrar sempre, professores e alunos, de que nós temos um compromisso inarredável com os meios, nós não temos um compromisso com os fins. Nós temos a obrigação de tornar viva a força do Direito e de resistir à ideologia da força, e não tem sido tarefa das mais simples nos dias de hoje. Mas é preciso, sim, ir além, buscar o conhecimento e prestar o serviço de transformação através da ciência.

E, por outro lado, no sentido oposto, a força dos nossos sentimentos, somos seres humanos, sofremos também. Disse, na última cerimônia de colação de grau do curso de Direito, ocorrido neste ano, algo aos nossos bacharéis que gostaria de repetir aqui para todos: eu torço, espero e desejo que nós, professores e alunos, já que o ensino é um ato comum de duas vias, mão dupla, para que nós nunca deixemos de sofrer a dor do outro.

Esse exercício de alteridade, mais do que o imperativo ético, é inafastável no magistério jurídico, é um grande desafio que nós temos pela frente, não só na Furb, no Brasil inteiro, mas nós estamos preparados para ele. Que venham os próximos 50 anos, parabéns a todos.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Kuhlmann) - Convido para fazer uso da palavra, em nome da instituição homenageada, o magnífico reitor professor doutor João Natel Pollonio Machado.

O SR. JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO - Quero cumprimentar o deputado Jean Kuhlmann e, em seu nome, todos da mesa; cumprimentar todos que nos prestigiam nesta linda homenagem, nominando o meu vice-reitor, professor Udo Schroeder; pró-reitor

de pesquisa, professor Alexander Christian Vibrans; diversos diretores de centro, professora Rita Buzzi Rausch, professor Valter Krauss, professor Rafael José Bona, professora Márcia Sardá Espindola. Muito obrigado pela presença de todos aqui, de autoridades.

Querida também, em nome do representante, professor Aroldo Bernhardt, cumprimentar a deputada Ana Paula Lima, que é da nossa região e subscreveu esta homenagem, e como o professor Marchiori comentou, há tantas pessoas significantes aqui, e quis que a sincronia junguiana pudesse casar algumas de minhas falas.

A primeira é uma homenagem ao deputado Aldo Schneider, proponente desta homenagem e, em seu nome, todos os demais deputados catarinenses, do Parlamento catarinense. O deputado Aldo Schneider, eleito por Ibirama, exatamente em 1968, 50 anos, portanto, que esta universidade teve a sua fundação como tal, na chamada Carta de Ibirama, em que todos os prefeitos do Vale do Itajaí se uniram e subscreveram um documento que solidificou esta universidade como tal, conseguida, em 1985, pelo trabalho do então reitor, Arlindo Bernart.

Uma grande coincidência esta homenagem! E esta universidade não foi construída por uma só pessoa, ela veio a partir de uma provocação, de uma pergunta em 1956, da estudante secundarista Orlandina Würst, a qual escrevia num jornal chamado "O estudante", a seguinte pergunta: "Por que Blumenau não tem uma faculdade?".

Oito anos se passaram, até que a Faculdade de Ciências Econômicas foi instalada em 1964. E o primeiro diretor da faculdade, podemos considerá-lo como o primeiro reitor, o professor Martinho Cardoso da Veiga. E justamente o professor Martinho Cardoso da Veiga, diretor da Faculdade de Ciências Econômicas de Blumenau, a FACEB, foi desafiado por um grupo de estudantes de Direito de Itajaí, que moravam em Blumenau, mas estudavam em Itajaí, um ano antes, a ter uma faculdade de Direito em Blumenau, com a seguinte pergunta: Se Itajaí pode ter uma faculdade de Direito, por que Blumenau não pode ter? Muitos professores da faculdade de Direito de Itajaí eram juizes, advogados aqui em Blumenau, entre eles, nomino Werner Grau, João de Borba e o próprio desafiante desta proposição, Martinho Cardoso da Veiga, que era o professor Rufino, como nós chamamos assim.

Com a permissão dos presentes, relembro uma parte dessa história. Certa noite, em 1967, na praia de Cabecudas, em Itajaí, o advogado João de Borba, professor da Faculdade de Direito de Itajaí, e o professor Rufino, decidiram convocar o diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, professor Martinho Cardoso da Veiga, que não gostou da provocação, da proposta de ter uma faculdade de Direito aqui, porque tinha um pacto firmado com o professor José Medeiros Vieira de não abrir Direito em Blumenau, assim como Itajaí não abria o curso de Economia.

O professor Rufino disse: "O pacto é seu, Martinho Cardoso da Veiga, não é meu". Então, se reuniram Martinho Cardoso da Veiga, o prefeito da época, Carlos Curt Zadrosny, o professor Milton Pompeu da Costa Ribeiro, fundador dessa universidade, o professor Alcides de Abreu e Rivadávia Wollstein, criaram mais duas faculdades, a Faculdade de Direito e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e se me permite deputado, estender também uma homenagem aos 50 anos do curso de Letras, Pedagogia, Química, Matemática e Ciências Biológicas, advindas disto. E mais,

criaram a Fundação Universidade de Blumenau, naquele ano de 1967.

Um destes estudantes provocadores que estudavam em Itajaí está aqui, Renato Wolff, em entrevista ao programa Censura Livre, em 1982, o jornalista saudoso Luiz Antônio Soares, disse, doutor Renato Wolff, porque na época, em 1982, professor de Direito Comercial e presidente da subseção da OAB de Blumenau.

Dizia, então, Luiz Antônio Soares:

Doutor Renato Wolff foi um dos pioneiros na luta pela implantação da Faculdade de Ciências Jurídicas em Blumenau, e lá se vão 12 anos, e nós, inclusive, participamos juntos deste desenvolvimento e deste trabalho. Ele era estudante na Faculdade de Direito de Itajaí e, posteriormente, se formou na Faculdade de Direito de Blumenau, em 1972. Jornalismo tem que checar as fontes, estive na DRA e estão aqui os seus 32 colegas que se formaram com o senhor em 1972, e foi um dos mais brilhantes professores.

Em entrevista a do mesmo jornalista, em 1981, concedida pelo doutor Arlindo Bernart, na época, diretor da Faculdade de Direito da FURB, o programa chamava-se Censura Livre, no dia em que ele afirma a importância do doutor José Fernandes da Câmara Canto Rufino, homenageado aqui, que eu tenho o prazer de conhecer o seu neto.

Quem acompanhou como nós acompanhamos os movimentos que precederam a implantação da Faculdade de Direito, e quem participou de todo o movimento em prol da implantação de cursos superiores em Blumenau não pode negar, especialmente no que diz respeito à Faculdade de Direito, o esforço, a dedicação, o entusiasmo, a luta, o denodo e a coragem com que o doutor José Fernandes da Câmara Canto Rufino empenhou-se, no sentido de implantar o curso de Direito na nossa universidade, palavras do professor Arlindo Bernart nessa entrevista. O professor Rufino foi diretor da Faculdade de Direito por oito anos, e o seu vice-reitor, no período de 1967 a 1978, após, ele presidiu o Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina.

A Furb é isso, como foi mostrado. São 6.500 bacharéis em Direito já foram diplomados nesses 50 anos, e desde 1972 presta, através do Núcleo de Práticas Jurídicas, homenageado, uma atividade importante para a comunidade carente de Blumenau que propicia também aprendizado aos estudantes.

A pesquisa na Furb, no Direito, começou em 1967, com a implantação de linhas de pesquisa, que homenageia uma das pioneiras, a professora Noêmia Bohn, mas há uma perspectiva de um incremento de pesquisa pelos titulados no doutorado interinstitucional e também pela perspectiva de um programa e pós-graduação em Direito.

Brilhantemente, o curso de Direito da FURB é composto por servidores técnico-administrativos, docentes e estudantes, que no revezamento do tempo foram passando os bastões, e aqui cito: José Fernandes da Câmara Rufino, Arlindo Bernart, Pedro Reis Júnior, João José Leal, Fúlvio Pretti, Patrícia Luíza Kegel e Antônio Carlos Marchiori, mencionando os diretores, todos os vice-diretores e professores sintam-se homenageados.

E qual o futuro? O futuro se projeta nas bases do presente e do passado. Lembramo-nos daquelas entrevistas do Renato Wolff e do professor Arlindo Bernart, os repórteres perguntaram, em 1982, ao doutor Renato Wolff: Como estava a Faculdade de Direito de Blumenau, hoje, 1982. Assim respondeu: "A Faculdade de Direito de Blumenau, hoje, está muito bem, está muito

bem conceituada em todo o Brasil". Vamos voltar agora para 2018, temos o selo de qualidade da OAB e uma boa aprovação. Volto ao doutor Wolf. "Eu, inclusive, fui um dos primeiros beneficiários da faculdade, porque como você disse muito bem, estudava em Itajaí e quando passei no terceiro ano, vim para Blumenau, terminei o meu curso aqui."

A nossa luta na direção da faculdade e dos professores é que está faculdade seja cada vez melhor e mais bem conceituada no país, estamos fazendo força para isto, e graças a Deus parece que estamos alcançando.

Na entrevista do professor Arlindo, foi indagado: "Professor Arlindo, como diretor de uma faculdade importante como a de Direito, quais são as dificuldades encontradas hoje, pela Furb, de um modo geral, a do Direito". O professor Arlindo, até então diretor da Faculdade de Direito disse: "Eu vou dizer que é a Faculdade de Direito. Os outros que me perdoem, é uma das melhores, é a melhor faculdade que existe!".

(Palmas)

Não só na FURB, mas os melhores cursos que existem neste país, preparam o indivíduo para a sociedade. Ele não precisa ser

advogado, isto é importante, mas prepara para exercer qualquer função dentro da sociedade, e depois, acima de tudo, é uma faculdade humanista, precisa ver, examinar, sentir a solidariedade humana, é o que está faltando neste mundo e neste país, precisamos olhar mais para a humanidade.

Nada mudou de 1981, 1982 para cá, esta é a nossa marca. Parabéns pela homenagem, deputado Jean Kuhlmann, um abraço fraternal ao deputado Aldo Schneider e a todos os seus colegas da Assembleia Legislativa. E entenda que esta homenagem do Parlamento catarinense é estendida como homenagem do povo catarinense. Isso nos torna honrados e merecedores, e que os primeiros 50 anos de Ciências Jurídicas da FURB sejam fundantes, sólidos para os próximos 50 anos que virão pela frente.

Muito obrigado pela homenagem!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO (Jean Kuhlmann) - Parabéns pelas palavras, Reitor Natel!

Quero, em nome da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em nome do deputado Aldo e toda a

Mesa Diretora, agradecer a presença das autoridades, de todos os senhores, de todas as senhoras e dos homenageados.

Posso dizer aqui, Reitor Natel, como ex-acadêmico desta instituição, que tenho muito orgulho da FURB, da trajetória, da história, porque hoje aqui nós demonstramos realmente que ainda podemos acreditar num país melhor. Se cada um de nós fizer a sua parte, nós podemos ter um país melhor, a Furb prepara as pessoas para isto, a Furb prepara cada um para ser, não apenas um profissional, mas ser, acima de tudo, um cidadão que trabalha para construir um mundo melhor.

Por isso, em nome da Assembleia Legislativa, gostaria muito de agradecer a presença das autoridades e a todos que nos honraram com seu comparecimento.

Neste momento, teremos a execução do Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do hino.)

Antes de encerrar a presente sessão, a Presidência convoca outra, especial, para segunda-feira, da semana subsequente, às 19h, em comemoração à Campanha de Fraternidade 2018. [Degravação: lago Zilli] - [Revisão: Taquígrafa Elzamar].

ATA DA 012ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 2018

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ALDO SCHNEIDER

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

PRESIDÊNCIA - Deputados:

Silvío Dreveck

Kennedy Nunes

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador) - Cumprimenta os servidores da Defensoria Pública, presentes na Casa, e enaltece o trabalho relevante que prestam à sociedade catarinense, colocando-se à disposição dos mesmos para derrubar o veto governamental em relação aos pleitos que julga serem merecedores. Reconhece a relevante atuação do defensor Ralf Zimmer Júnior, que se licenciou, e parabeniza a nova defensora, Ana Carolina Dihl Cavalin, que assumirá dia 08 de março - Dia Internacional da Mulher, a referida instituição.

Discorre sobre os índices de violência contra mulher, as desigualdades salariais no mercado de trabalho, bem como cita o golpe

que sofreu a primeira mulher presidente da República, Dilma Rousseff, pois foi um *impeachment* sem provas de cometimento de irregularidades. [Taquígrafa: Sílvia]

DEPUTADO CESAR VALDUGA (Orador) - Saúda os servidores da Defensoria Pública presentes nas galerias, em busca de seus direitos, externando satisfação de recebê-los na Casa Legislativa, e salienta que, como integrante da Frente Parlamentar em defesa dos serviços públicos do estado de Santa Catarina, apoia a categoria na derrubada do veto do governador.

Seguindo a linha de defesa, informa que é autor de mais projeto de lei, criando diretrizes para a valorização das mulheres catarinenses, posto que o estado de Santa Catarina apresenta um dos maiores índices nacionais de violência contra a mulher, caracterizando uma situação preocupante na busca de instrumentos para corrigir as distorções vivenciadas na sociedade, bem como a valorização da mulher no serviço público, nas assembleias, no Congresso Nacional e nas empresas.

Por fim, reforça que o Dia Internacional da Mulher, comemorado no dia 8 de março, representa o grande momento de reflexão, de debate, de manifestação, de conscientização da importância das mulheres brasileiras, das mulheres catarinenses, das mulheres negras, das mulheres índias, das mulheres brancas e das mulheres pardas, parabenizando-as. [Taquígrafa: Elzamar]

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO (Orador) - Saúda os servidores da Defensoria Pública do estado, presentes nas galerias do plenário, acompanhando tramitação de matéria do interesse da categoria, e empenha o seu apoio para que a Mesa Diretora da Casa defina pela inclusão do projeto de lei e que seja derrubado o veto do governador.

Fala sobre o Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de Março, que é uma oportunidade de análise sobre o quanto se avançou na questão do empoderamento das mulheres. Explica que o empoderamento diz respeito a mudanças sociais numa perspectiva antirracista, antilítista e antissexista de práticas e costumes sociais. Afirma que empoderar-se significa colocar-se como sujeito ativo de mudança, exercer o protagonismo feminino em defesa dos direitos de igualdade entre homens e mulheres, pontuando que o empoderamento não é causa de uma mulher isoladamente, mas se inscreve nas lutas coletivas pelos direitos de todas as mulheres.

Registra que o Relatório 2016 do Fórum Econômico Mundial calculou que levará 95 anos para que seja atingida a igualdade de gênero no Brasil, comentando que as pesquisas sugerem que os dados oficiais sobre estupro representam apenas 10% das ocorrências, porque 70% das vítimas são crianças e adolescentes, além do número de mortes de mulheres por seus companheiros que é assustador, colocando o Brasil em 5º lugar quanto ao feminicídio no mundo.

Também faz questionamento sobre a participação das mulheres na política e nos cargos executivos públicos ou privados, que não ultrapassa a 10%, constatando que a despeito de as mulheres apresentarem maior nível de escolaridade que os homens, recebem cerca de 30% menos que eles. Ressalta, entretanto, que há que se comemorar a crescente conscientização sobre a igualdade de gênero, que tem sido necessária para mudar paradigmas e traçar políticas públicas que ampliem os direitos das mulheres. [Taquígrafa: Sara]

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Comunica que na presente data participou de audiência pública, juntamente

com a sra. Solange Schlichting, prefeita de Salete, com o secretário de Segurança Pública, solicitando mais efetivo de policiais civis e militares para o município, também câmeras de monitoramento, e reforma da Delegacia de Polícia, devido ao aumento da criminalidade e drogas na cidade.

Demonstra preocupação com a questão das promoções dos policiais civis, com relação à indefinição de previsão de datas para o pagamento. Acrescenta que a categoria é a única em Santa Catarina, que não tem prenúncio para progressão funcional.

Critica a iniciativa do governo estadual em criar uma central única de atendimento para o Corpo de Bombeiros da capital, alega que vai ser oneroso para o estado e prejudicial para o cidadão catarinense, os trabalhos de emergência vão ficar burocráticos e lentos.

Deputado Dr. Vicente Caropreso (Aparteante) - Discorda da posição do deputado Maurício Eskudlark, sobre o atendimento emergencial. Justifica que a decisão de transformar a Samu em uma central única, foi decisão colegiada de todas as instâncias, e não de governo, para melhor atender a população de Santa Catarina. [Taquígrafa: Ana Maria]

Partidos Políticos

Partido: PP

DEPUTADO VALMIR COMIN (Orador) - Saúda e declara apoio aos funcionários da Defensoria Pública, que estão presentes nas galerias.

Manifesta alegria em retornar ao Parlamento, depois de ter assumido como secretário na secretaria de estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, destacando a economia e o atendimento as pessoas como prioridade de sua gestão. Apresenta relação de obras e ações dando detalhes de sua gestão nas políticas voltadas a assegurar os direitos sociais e das pessoas em situação de vulnerabilidade, risco e violação de direitos em Santa Catarina.

Destaca, também, as políticas de assistência social, direitos humanos, habitação, regularização fundiária, segurança alimentar e nutricional, trabalho, renda e economia solidária que abrangem pelo menos 1,3 milhão de pessoas em situação de extrema pobreza. [Taquígrafa: Cida]

Partido: PSDB

DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO (Orador) - Reconhece o trabalho desenvolvido do deputado Valmir Comin frente à secretaria de Assistência Social e, ao mesmo tempo, discorre sobre sua atuação na secretaria da Saúde, onde enfrentou falta de recursos para sanar problemas cruciais, como pagamento aos hospitais filantrópicos, principalmente por medidas tomadas em gestões anteriores que não previram a demanda da área. Cita que muitas vezes o dinheiro que seria da saúde era usado pela secretaria da Fazenda para cobrir outras pastas do governo estadual, o que analisa como um descuido para com as pessoas que precisam de atendimento médico público.

Acredita que a secretaria da Saúde deve ter autonomia total para resolver suas pendências, principalmente na parte financeira. Enobrece o trabalho desenvolvido pela equipe de profissionais envolvidos na área de transplantes, ao comentar o destaque dado em rede nacional de televisão e, assim, os parabeneiza por tanta dedicação e zelo na atuação, bem como em ter um estado campeão no referido quesito. [Taquígrafa: Sílvia]

Partido: PT

DEPUTADO NEODI SARETTA (Orador) - Cumprimenta os servidores da Defensoria

Pública, confirmando seu apoio para derrubar o veto do governador em prol da categoria.

Informa que protocolou na Casa Legislativa um Projeto de Lei, instituindo o Programa de Incentivo à Implantação de Horta Orgânica Comunitária no estado de Santa Catarina, com o objetivo de aprimorar a qualidade de vida e a saúde da população, garantindo acesso a alimentos frescos, saudáveis e livres de agrotóxicos. Espera o apoio dos pares do Parlamento, já que as hortas comunitárias configuram instrumento de geração de renda, emprego e inclusão social para a comunidade.

Para finalizar, manifesta-se sobre a passagem do Dia Internacional das Mulheres, salientando que é um momento de reflexão, de lutas em todos os aspectos, principalmente nas questões salariais em prol de uma sociedade igualitária e bem-estar das pessoas. Na oportunidade, faz uma homenagem especial às mulheres em nome de Catarina e Marise. [Taquígrafa: Elzamar]

Partido: PSD

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (Orador) - Parabeniza todas as mulheres pelo seu dia, ressaltando a importância do respeito, bem como a admiração por aquilo que representam a vida de cada um.

Registra que protocolou na Casa um projeto de lei que tem o objetivo de modificar uma questão absurda que acontece no estado catarinense, que é a cobrança de taxas da prefeitura e das Apaes pelo Deter, quando estas usam veículos para transportar pacientes ou alunos de um município para outro. Conclama os Parlamentares para votar com urgência o referido projeto.

Também faz um apelo ao Deter para que isso seja mudado, pois não podem continuar ganhando todo mês o dinheiro das prefeituras que mal conseguem comprar uma van ou um micro-ônibus para transporte dos alunos ou pacientes, bem como fazendo cobrança de taxas das Apaes.

Solicita ao líder do governo para interceder junto ao mesmo para que, em caso de entender que há inconstitucionalidade no projeto parlamentar, faça esta matéria e mande para esta Casa, porque a situação não pode continuar. [Taquígrafa: Sara]

Partido: PSD

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Orador) - Comunica que teve a honra de representar o Brasil, e ser eleito o vice-presidente da Confederação dos Parla-mentos Americanos. Destaca que o órgão representa todos os Senados, Congressos Nacionais e Assembleias Legislativas de todos os países do Continente Americano, desde o Canadá até a Argentina.

Informa que protocolará na Casa, um projeto de lei que entende ser de extrema importância, pois proíbe a contratação pelo serviço público de homens que foram condenados pela Lei Maria da Penha, ou seja, por tempo de cinco anos, ficam vetados para serem funcionários públicos. Salienta a importância da determinação, e que o mesmo será levado ao Congresso Nacional, através da Unale, União Nacional dos Legislativos.

Conclui comentando que o projeto levantará polêmica, mas que será uma grande conquista para todas as mulheres. Parabeniza as mesmas, presentes no Plenário, e também pelo Dia Internacional da Mulher, em data subsequente. [Taquígrafa: Ana Maria]

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Suspende a sessão até o início da Ordem do Dia. [Taquígrafa: Ana Maria]

Ordem do Dia

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Reabre a sessão e dá início à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Direitos Humanos apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0139/2016.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0235/2017.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0274/2017.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0372/2017.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0491/2017.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0024/2018, de autoria do deputado Mário Marcondes, solicitando ao governador do estado informações sobre as obras da Rodovia SC-108, trecho entre Jacinto Machado e Praia Grande, inclusos na LOA.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0025/2018, de autoria do deputado Mário Marcondes, solicitando ao governador do estado informações sobre as obras da Rodovia SC-290, trecho que liga Praia Grande até a divisa com o Rio Grande do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0026/2018, de autoria do deputado Dirceu Dresch, solicitando ao secretário da Infraestrutura informações acerca do projeto de pavimentação da Rodovia SC-340 que liga o Alto Vale do Itajaí e o Planalto Norte.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0027/2018, de autoria do deputado Neodi Saretta, solicitando ao secretário da Saúde informações acerca das instituições de saúde administradas por Organizações Sociais.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0034/2018, de autoria do deputado Mário Marcondes, cumprimentando os soldados PM Gustavo Nunes de Melo e Luiz Paulo Menegatti, pelo ato de bravura salvando a vida de Luiz Fernando de Lima, vítima de acidente de trânsito.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0035/2018, de autoria da deputada Ana Paula Lima, manifestando apelo ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, pela instalação de mais uma vara cível na comarca de Aranguá.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s.: 0133/2018, de autoria do deputado Cleiton Salvaro; 0134/2018, de autoria do deputado Roberto Salum; 0135/2018, 0140/2018 e 0141/2018, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0136/2018 e 0137/2018, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0138/2018, de autoria do deputado Pe. Pedro Baldissera; e, 0139/2018, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

A Presidência comunica ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s.: 0058/2018 e 0066/2018, de

autoria do deputado Mário Marcondes; 0067/2018, de autoria do deputado Dóia Guglielmi; 0068/2018, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0069/2018 e 0070/2018, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0071/2018 e 0073/2018, de autoria do deputado Neodi Saretta; e, 0072/2018, de autoria do deputado Cleiton Salvaro.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

[Coordenadora Carla]

Explicação Pessoal

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Passa à Explicação Pessoal e, não havendo mais oradores a fazer uso da palavra, encerra a sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental.

ATA DA 013ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 2018

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ALDO SCHNEIDER

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Darci de Matos - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

PRESIDÊNCIA - Deputados:

Silvio Dreveck

Kennedy Nunes

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO DARCI DE MATOS (Orador) - Comenta a manchete da CBN, que divulga a vitória do Parlamento catarinense contra a Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI, apresentada pelo Simesc, Sindicato dos Médicos de Santa Catarina, a respeito da Lei das Doulas. A ação foi julgada improcedente, pelos desembargadores do Tribunal de Justiça de SC, por unanimidade. A referida lei autoriza a presença de doulas em maternidades catarinenses, escolhidas livremente pelas gestantes, durante todo o período de trabalho de parto.

Na sequência, faz uma homenagem especial à Joinville por sua emancipação, referindo-se ao município como a cidade das oportunidades.

Finaliza, parabenizando as mulheres catarinenses pela passagem do Dia Internacional da Mulher.

Deputado Natalino Lázare (Aparteante) - Parabeniza o deputado pelo tema abordado, corroborando suas palavras. [Taquígrafa: Cida]

DEPUTADO NEODI SARETTA (Orador) - Reitera a comemoração do Dia Internacional das Mulheres, na presente data, mencionando a lei aprovada na Casa Legislativa, em vigor há dois anos e, agora, com a sua constitucionalidade reconhecida pelo Tribunal de

Justiça de Santa Catarina, favorecendo as mulheres parturientes a presença de doulas, profissionais que oferecem apoio emocional e conforto físico às gestantes, nas maternidades estaduais e particulares.

Ressalta, ainda, que é um momento de reflexão quanto a comportamentos discriminatórios na busca de igualdade de direitos entre homens e mulheres para uma sociedade mais justa e fraterna. [Taquígrafa: Elzamar]

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Orador) - Enaltece e reverencia a sua cidade natal, Joinville, que no dia 09 de Março comemora 167 anos. Entre as muitas coisas boas, registra que o município é o primeiro em importância no estado, e também quanto à população, quase 650 mil habitantes; tem o 21º melhor IDH do país; entre os diversos títulos que detém, estão o de Cidade das Flores e Capital Nacional da Dança. Ressalta que lá está a única filial no mundo do Balé Bolshoi, levando as crianças carentes ao contato com o mundo da arte. Também cita que são muitas as necessidades, lamentando a inoperância do governo atual pela incapacidade de desenvolver projetos, buscar recursos ou até de investir aqueles que são garantidos pelos parlamentares.

Parabeniza todas as mulheres pela passagem do Dia Internacional da Mulher, uma oportunidade para muitas reflexões. Entretanto, percebe que muitas vezes os discursos se perdem, e que ações concretas seriam muito mais desejáveis. Neste sentido, protocolou no Parlamento o Projeto de Lei n. 57/2018, que estabelece impedimento de acesso ao serviço público, bem como prestar serviços ou participar de licitações, a pessoas que tenham praticado crime que se enquadre na Lei Maria da Penha, por até cinco anos. Compreendendo que as palavras muitas vezes não resolvem, espera que este projeto pelo menos possa intimidar aqueles que se valem da violência, tanto física quanto verbal, para humilhar uma mulher. [Taquígrafa: Sara]

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (Orador) - Presta homenagem à mulher catarinense, a brasileira e a internacional, a todas as guerreiras que muitas vezes sustentam a família, principalmente as mais humildes.

Parabeniza Joinville pelo aniversário de fundação, também os empresários, à população, pessoas que fazem a diferença, espera que a cidade continue crescendo e trazendo desenvolvimento ao estado catarinense.

Relata reunião realizada com a presença do presidente da Celesc, do prefeito de Irineópolis, dos vereadores e membros da comunidade, salienta que os mesmos reivindicam a implantação da subestação elétrica, que vai beneficiar todos os agricultores, população e também outros municípios da região.

Comenta sobre a pavimentação de alguns trechos da SC-477 e SC-418, que tem como foco o desenvolvimento e melhoria do fluxo do trânsito, e também vai integrar o Planalto Norte ao Alto Vale do Itajaí, apelando à diretora da ADR de Joinville, Simone Schramm, que tenha olhar especial para a iluminação das duas rodovias. [Taquígrafa: Ana Maria]

Ordem do Dia

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Presidente) - Dá início à Ordem do Dia.

Pedido de Informação n. 0028/2018, de autoria do deputado João Amin, solicitando ao secretário da Agricultura informações acerca da existência de políticas públicas para o controle da brucelose e tuberculose para a agricultura familiar, incluindo orientação e realização de exames de saúde dos animais para essas doenças.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0029/2018, de autoria da deputada Luciane Carminatti, solicitando ao secretário da Saúde informações acerca da existência no âmbito desta secretaria de alguma norma legal a respeito de transporte ou armazenamento de medicamentos.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano o Requerimento n. 0142/2018, de autoria do deputado Dr. Vicente Caropreso.

A Presidência comunica ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as

Indicações n.s: 0074/2018, 0075/2018 e 0079/2018, de autoria do deputado Cesar Valduga; 0076/2018 e 0077/2018, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0078/2018, de autoria do deputado João Amin; e, 0080/2018, de autoria do deputado Manoel Mota.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

[Taquígrafa: Sílvia]

Explicação Pessoal

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Presidente) - Passa à Explicação Pessoal e, não havendo mais oradores a fazer uso da palavra, encerra a sessão, convocando outra, ordinária, para a semana subsequente, à hora regimental.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS TREZE HORAS E TRINTA MINUTOS DO DIA DEZENOVE DE JULHO DE 2017.

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, às treze horas e trinta minutos, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, sob a Presidência do Senhor Deputado Ismael dos Santos, com amparo nos artigos 131 e 134 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, referente à 3ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Foram registradas as presenças dos seguintes Deputados membros da Comissão: Narciso Parizotto, Romildo Titon, Serafim Venzon, Natalino Lázare, Dalmo Claro e a Deputada Lucine Carminatti justificou ausência através de Of. 215/17. Havendo quórum regimental, o senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos os membros presentes, O Senhor Presidente salienta que esta é a última reunião do ano, que trataremos de dois assuntos específicos: Apreciação do **PL./0476.0/2015** e apresentação do Relatório Anual de dois mil e dezessete, desta Comissão. Elogiando acessória da Comissão, pela forma que foi elaborado o relatório, com imagens, atas, textos, datas especificadas, enfim todo roteiro de dois mil e dezessete, em especial ao lançamento do Programa Reviver 3, programa de acolhimento aos dependentes químicos em 72 comunidades terapêuticas no Estado de Santa Catarina, oferecendo 790 vagas. O Relatório encontra-se na pasta para que cada Deputado possa fazer uma análise e se necessário fazer as devidas alterações. Em seguida deu início a apreciação do **PL./0476.0/2015** - Que dispõe sobre a autorização e regulamentação da venda e o consumo de bebidas alcoólicas em estádios e arenas desportivos no Estado de Santa Catarina. Abrindo a palavra para que os Deputados façam suas considerações, e por fim o Presidente coloca em votação. O Deputado Titon que foi o último relator, e vota Favorável a venda de bebidas. Em seguida o Deputado Venzon questiona se o Deputado Titon acatou a emenda Substitutiva do Sr. Deputado Altair Guidi, para incluir as Cervejas artesanais. O Deputado Natalino Lázare apresenta o voto em mesa, que é aceito pela Presidência. Com a palavra o Deputado Roberto Salun, relata que nos seus sessenta e um anos de idade, nunca ingeriu nenhum tipo de bebida alcoólica. Diz ainda que a Polícia Militar, não tem provas que a bebida nos estádios causa danos, que em volta dos estádios tem vários pontos de venda, e nunca foram interditados, diz que é um jeito de os clubes tem de faturar dinheiro. O Presidente passa a palavra ao Deputado Serafim Venzon, que fala não haver Problemas em tomar uma cerveja socialmente em estádios de futebol, e lembra que quem for dirigir não pode beber. O Deputado Natalino Lazare agradece o recebimento do voto em vista, diz que projeto já foi aprovado nas Comissões Constituição Justiça, Segurança Pública e Direito Humanos, argumenta que o estatuto do torcedor não proíbe bebidas alcoólicas nos estádios e arenas de futebol. Em outros eventos, que reúne multidões, tipo: Corridas de automóveis, shows, rodeios e torneios, não são proibidas. Se trata de cerveja uma bebida com pouco teor alcoólico. Destaca, a venda em copos plásticos, sem perigo de lesão. É muito importante para os clubes de futebol pois aumenta a receita, já que os clubes sempre tem dificuldades financeiras. Ainda explana que não há problema, do cidadão de bem tomar sua cervejinha, que muitas vezes o distúrbio vem de fora dos estádios, por isso sou favorável a este projeto. Com a palavra o Deputado Narciso Parizotto, cumprimentando a todos, diz que esta preocupado com a liberação da venda de cerveja, a preocupação é que se inicie de uma maneira, e após

mude, que tem notado após a proibição, uma melhor organização, as famílias voltaram para os estádios. Em defesa da família e das crianças para que tenha a liberdade de ir aos estádios de futebol com segurança e por isso vota contra o este projeto. O Sr. Deputado Dalmo Claro fala que as drogas licitas tipo: Alcool, cigarro são problemas de saúde publica. Acredita que a principal arma hoje é a educação. Quem frequenta o estádio de futebol em Joinville, para assistir aos jogos, tem notado os tumultos nas entradas e saídas dos estádios. Fala que a proibição é complexa, respeitando os argumento dos Deputados Ismael dos Santos e Narciso Parisotto, mais que neste momento é favorável a este projeto. Deputado Narcizo Parizotto pede vistas. O Presidente responde que a um acordo de lideranças para que o projeto vá a plenário ainda hoje. O presidente salienta que o Ministério Público alerta em seu parecer sobre o retrocesso na política de segurança publica com a liberação. E no relatório da Polícia Militar, consta que desde a proibição da venda de bebidas alcoólicas nos estádios e arenas de futebol de Santa Catarina, não há mais ocorrência nas arquibancadas. Dito isso senhores Deputados, o Presidente encaminho voto favorável a relatoria feita verbalmente por ele, relatoria esta contraria a este projeto. Encaminhando para votação a sua relatoria. E que em plenário fará as devidas manifestações. quatro votos contrários a relatoria do Presidente e 2 favoráveis. Assessoria pode colher as assinaturas. O Senhor Presidente antes de encerrar a presente sessão, agradeceu a presença e cooperação dos senhores Deputados em todas as reuniões e assunto pertinentes a esta Comissão, imprensa, colaboradores, amigos, assessoria da Comissão, em fim todos que estiveram juntos neste ano de dois mil e dezessete.

E, para constar, eu, João Fúlvio Furtado Vieira, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Ismael dos Santos e posteriormente publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputado Ismael dos Santos
Presidente

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 0010.0/2018

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação Educacional e Assistencial de Chapecó (FEAC), referente ao exercício de 2017.

Adilson Joel Zardo
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 08/03/18

OFÍCIO Nº 0011.0/2018

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Beneficente Amigos pela Vida, de Chapecó, referente ao exercício de 2017.

Adilson Joel Zardo
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 08/03/18

PORTARIAS

PORTARIA Nº 353, de 05 de março de 2018

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0328/2018,

RESOLVE: com fundamento no art. 42 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c o art. 5º da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991.

INCLUIR na folha de pagamento da servidora da Secretaria de Estado da Saúde à disposição da ALESC **JANETE BRIGIDA BIELLA**, matrícula nº 9200, quota(s) de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre a função gratificada de Assessoria Técnica-Administrativa, código PL/FG-3, no percentual de 27% (vinte e sete por cento), totalizando 27% (vinte e sete por cento), a contar de 07 de fevereiro de 2018.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

Republicada por incorreção

PORTARIA Nº 388, de 08 de março de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR EDSON OLEGÁRIO para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Rodrigo Minotto - Camboriú).

Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 389, de 08 de março de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor FERNANDO CÉSAR FERNANDES, matrícula nº 8382, de PL/GAB-55 para o PL/GAB-58, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 07 de Março de 2018 (Gab Dep Kennedy Nunes)

Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 390, de 08 de março de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor ANDRÉ LUIZ DUARTE DE SOUZA, matrícula nº 8263, de PL/GAB-56 para o PL/GAB-59, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 07 de Março de 2018 (Gab Dep Kennedy Nunes)

Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 391, de 08 de março de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor MARCIONEI ZUCATELLI, matrícula nº 7806, de PL/GAB-70 para o PL/GAB-76, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 08 de Março de 2018 (Gab Dep Milton Hobus)

Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 392, de 08 de março de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor VALDEMAR MACHADO NETO, matrícula nº 6579, de PL/GAB-88 para o PL/GAB-86, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 08 de Março de 2018 (Gab Dep Milton Hobus)

Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 393, de 08 de março de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE:

LOTAR EDIVAL GOEDERT, matrícula nº 8662, servidor do Executivo - Secretaria de Estado da Saúde à disposição desta Assembleia Legislativa, na DL - Coordenadoria das Comissões, a contar de 7 de março de 2018.

Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 394, de 09 de março de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor JULIANO BECKER, matrícula nº 8358, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 08 de Março de 2018 (Gab Dep Dr. Vicente).

Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 395, de 09 de março de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR NATHALIA DE SOUZA para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Cleiton Salvaro - Criciúma).

Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 396, de 09 de março de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR NILSON GONCALVES DE SOUZA, matrícula nº 3212, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-81, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Dr. Vicente - Joinville).

Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 397, de 09 de março de 2018

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE:

ART. 1º DESIGNAR o servidor **JOAO MACHADO PACHECO NETO**, matrícula nº 2700, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefe de Seção - Programação, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, **MARIO CECHETO MACHADO PACHECO**, matrícula nº 6300, que se encontra em fruição de férias por sessenta dias, a contar de 14 de fevereiro de 2018 (DCS - Coordenadoria de Rádio).

ART. 2º Com base no § 2º do art. 26 da Resolução nº 002/2006, por estar no exercício de função de confiança, no período, o servidor não perceberá o adicional de exercício.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 054.4/2018

Declara integrante do Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Santa Catarina a Orquestra Sinfônica de Lages.

Art. 1º Fica declarada integrante do Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Santa Catarina a Orquestra Sinfônica de Lages.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Gabriel Ribeiro

Lido no Expediente
Sessão de 08/03/18

JUSTIFICATIVA

A Associação Orquestra Sinfônica Músicos Voluntários de Lages, entidade beneficente de direito privado, sem fins lucrativos, criada em 2008, tem como finalidade promover atividades de relevância pública e social, desenvolvendo e difundindo a arte no Município de Lages e outras regiões, mediante as mais diversas manifestações culturais, sendo referência no Município de Lages.

Com seus quatro seguimentos definidos, como Orquestra Sinfônica de Lages, Coral Orquestra Sinfônica de Lages, Banda Sinfônica de Lages e Escola- Orquestra Sinfônica de Lages, em suas áreas de atuação, utilizam a linguagem musical como meio de expressão e conhecimento, visando desenvolver o pensamento artístico e a percepção estética, as relações de respeito, amizade e autoestima,

propiciando aos jovens o desenvolvimento psicossocial e o reconhecimento da importância da música na nossa vida.

Os membros da Orquestra acreditam que a cultura, tão diversificada em nosso país, é um elemento agregador, e a arte forma cidadãos conscientes de seu papel na sociedade, quebrando paradigmas, unindo o improvável. A cultura é a base sólida que sustenta as pontes que criamos, para aproximar diferentes sociedades, culturas, valores e faixas etárias.

O intuito deste projeto de lei ao declarar a Orquestra Sinfônica Músicos Voluntário de Lages integrante do Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Santa Catarina é ampliar as oficinas de instrumentos musicais sinfônicos, oficinas de canto e manter a Orquestra Sinfônica de Lages e seus quatro pilares (Orquestra Sinfônica, Canto Coral, Banda Sinfônica e Escola), totalmente constituídos no Município de Lages.

Diante de tão belo projeto, conto com a colaboração dos nobres Pares para aprovar a matéria.

Deputado Gabriel Ribeiro

PROJETO DE LEI Nº 0055.5/2018

Declara integrante do Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Santa Catarina a Festa Nacional do Pinhão de Lages.

Art. 1º Fica declarada integrante do Patrimônio Histórico Cultural Imaterial do Estado de Santa Catarina, a Festa Nacional do Pinhão de Lages.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Gabriel Ribeiro

Lido no Expediente
Sessão de 08/03/18

JUSTIFICATIVA

Na década de 70, Lages despertou para a necessidade de organizar uma festa que destacasse o município como um pólo socioeconômico regional. Então, surgiu a ideia da Festa do Pinhão, alimento primitivo que se constitui na semente da araucária, árvore ameaçada de extinção.

Assim, com um apelo de marketing festivo-ecológico e socioeconômico, organizou-se o evento pela primeira vez em julho de 1973. A ideia germinou no Departamento Técnico de Turismo e Divulgação, da Prefeitura de Lages, coordenado, na época, por Aracy Paim. Coube, então, ao assessor de turismo da AMURES, Aracy Paim, que trabalhava na Prefeitura, a responsabilidade de organizar a Festa. Ele tinha grande relacionamento com tradicionalistas dos CTGs, artistas, músicos, cantores e compositores. Ainda em 1973, no mês de outubro, organizou-se um baile, no ginásio Ivo Silveira, com instalação de boxes de gastronomia, no pátio em frente ao ginásio, onde entidades beneficentes ofereciam ao público em geral o pinhão cozido e ponche e quantão, bebidas típicas da serra. Este evento foi considerado um prolongamento da 1ª Festa do Pinhão, já que foi realizado naquele mesmo ano.

Como evento realizado oficialmente pela Prefeitura de Lages, a Festa do Pinhão não foi realizada nos anos seguintes. Entretanto, em 1974, Aracy Paim organizou um novo baile, agora no Clube Porteira Serrana, na avenida 1º de Maio. Ali também foi vendido o pinhão cozido e bebidas quentes típicas das festas de junho e julho.

Já em 1976 e 1977, embora não se tenha informações da realização da Festa, ela estava inserida no calendário oficial de eventos da Prefeitura, havendo registro desse fato. Sabe-se, no entanto, que ela foi inserida na Mostra do Campo, evento promovido pela Prefeitura de Lages e que tinha por objetivo integrar as comunidades do interior e da cidade. Esta inserção, porém, se deu apenas pelo fato de que na Mostra do Campo havia sempre o pinhão cozido e as bebidas típicas de inverno.

Segundo o servidor público aposentado, Matias Liz dos Santos, que na década de 70-80 atuava no antigo Centro de Informações Turísticas (CIT), localizada no Calçadão central da cidade, onde hoje funciona um posto da PM, Aracy Paim ainda teria sido uma das pessoas idealizadoras e um evento festivo no Parque Conta Dinheiro, o qual reuniu gaiteiros, trovadores, grupos de danças tradicionalistas e venda de produtos típicos da região, incluindo o pinhão. Evento de grande sucesso de público e que teria culminado na reedição da Festa do Pinhão, nos anos de 1987-88. Dali em diante no Parque Conta Dinheiro e novamente organizada pela Prefeitura de Lages. Embora isso tenha ocorrido, e seja de conhecimento público, não há registros oficiais da realização dessas duas edições da Festa.

Já em 1989, numa organização da Prefeitura de Lages, houve o lançamento do evento. Em 1990, na segunda edição da festa, na gestão do Prefeito - e atual Governador - Raimundo Colombo, foi conquistada sua Nacionalização, desta vez levando o nome de 2ª Festa Nacional do Pinhão. Neste mesmo ano passam a ter uma representante legal, sendo eleita a Primeira Rainha da Festa nacional do Pinhão - Rosângela Roman Pereira.

Daí em diante o evento evoluiu, diversificou-se em vários aspectos, passando do caráter gastronômico e tradicionalista para nativista e como espaço, também, para os diversos estilos musicais e artísticos, porém sempre mantendo as características gastronômico-ecológica.

Hoje é considerada a maior festa tradicionalista do Brasil e movimentada todo o setor econômico da Serra Catarinense. A Comissão Central Organizadora, juntamente com iniciativa privada e a comunidade, iniciam seus trabalhos vários meses antes de cada edição.

O símbolo da festa é a Gralha Azul - ave responsável pela reprodução natural da araucária angustifolia, espécie de conífera que produz o pinhão - ao se alimentar de sua semente, assim como outras espécies da fauna regional. A ave costuma armazenar o pinhão em tocas de tatu ou enterrar superficialmente a semente em locais ermos dos campos, disseminando dessa forma o pinheiro brasileiro.

Por este rico espólio cultural e importância turística e econômica para Santa Catarina, conto com a colaboração dos nobres Pares na aprovação deste Projeto de Lei.

Deputado Gabriel Ribeiro

PROJETO DE LEI Nº 0056.6/2018

Concede Título de Cidadão Catarinense ao Doutor Alexandre Luiz Ramos.

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Catarinense ao Doutor Alexandre Luiz Ramos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Sílvio Dreveck
Deputado Kennedy Nunes
Deputado Antonio Aguiar
Deputado Cesar Valduga
Deputado Valmir Comin
Deputada Dirce Heiderscheidt
Deputado Vicente Caropreso
Deputado Jean Kulhmann
Deputado Mauricio Eskudlark
Deputado Gabriel Ribeiro
Deputado Romildo Titon
Deputado Serafim Venzon

Lido no Expediente
Sessão de 08/03/18

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto tem o objetivo de homenagear com o Título de Cidadão Catarinense o Doutor Alexandre Luiz Ramos, primeiro magistrado do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina da 12ª Região (TRT-SC) a ocupar uma cadeira no Tribunal Superior do Trabalho, a mais alta Corte trabalhista do País.

Nascido em Porto Alegre (RS) em 1967, Alexandre Luiz Ramos formou-se em Direito na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 1992, instituição na qual realizou o curso de Mestrado em Direito (1998) e de Doutorado em Direito (2006). Na UFSC também atuou como Professor concursado, de 1995 a 2003. Atualmente, é professor convidado permanente da Escola Superior de Advocacia de Santa Catarina e da pós-graduação da Faculdade Cesusc.

Iniciou na Justiça do Trabalho como servidor, em 1988. Em 1993, passou no concurso para juiz da 12ª Região, atuando como substituto até 1998, ano em que foi promovido a titular. Nessa condição, trabalhou em Xanxerê, Chapecó, Araranguá, Imbituba, Itajaí, São José e Florianópolis, onde comandava a 6ª Vara do Trabalho. Em 2016, foi nomeado desembargador do TRT-SC pelo critério de merecimento.

No TRT-SC, Alexandre Ramos esteve envolvido em duas importantes atividades institucionais. Nos anos de 2012 e 2013, foi um dos gestores regionais do Programa Trabalho Seguro. Nos dois anos seguintes, além de ser o juiz gestor estratégico e de metas do TRT-SC, passou a coordenar o Comitê Gestor Estratégico Nacional da Justiça do Trabalho, com assento também no Comitê sobre o mesmo tema no Conselho Nacional de Justiça.

Foi indicado, pelo Presidente da República, para o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro João Oreste Dalazen, reservada a magistrados de carreira.

Ramos fazia parte da lista tríplice definida pelo Pleno do TST no dia 18 de dezembro, ao lado dos desembargadores Samuel Hugo Lima, do TRT-15 (Campinas), e de Sérgio Torres, do TRF-6 (Pernambuco). Ramos foi o mais votado, com 25 de 26 votos possíveis.

Em 27 de fevereiro do corrente ano, o Plenário do Senado aprovou a indicação do desembargador Alexandre Ramos para o cargo de ministro do TST. Em 6 de março foi publicado, no Diário Oficial da União, o Decreto Presidencial que nomeia o Doutor Alexandre para ocupar uma cadeira na mais alta Corte trabalhista do país. A posse será no dia 4 de abril.

O futuro ministro é um grande jurista, com formação acadêmica profunda e extremamente preparado, com livros e artigos publicados, sempre comprometido com a Justiça do Trabalho, e que representará muito bem Santa Catarina no TST.

Entendemos que, por se enquadrar nos requisitos legais, a concessão desse Título ao Doutor Alexandre Luiz Ramos é meritória e justa, por possuir elevado espírito público, virtudes éticas, idoneidade moral e vasta e destacada contribuição para a sociedade catarinense no que diz respeito a sua brilhante atuação na Justiça do Trabalho em Santa Catarina.

Por esses motivos, submeto aos Senhores Deputados e Deputadas o presente Projeto de Lei.

Deputado Sílvio Dreveck

Projeto de Lei Nº 057.7/2018

Estabelece impedimento de acesso ao serviço público, bem como prestar serviços ou participar de licitações, à pessoa que tenha praticado crime nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

Art. 1º Fique vedado o ingresso de cargo ou emprego público estadual, nos poderes executivo, legislativo e judiciário, bem como prestar serviços ou participar de licitações públicas pelo período de até cinco anos, à pessoa que praticar crime nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, e tiver sua sentença transitada em julgado.

Parágrafo único: A contagem do tempo de impedimento começa a partir do trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

Art. 2º O Tribunal de Justiça disponibilizará acesso aos poderes executivo e legislativo para consulta de documentação e arquivos pertinentes a processos julgados de crimes de violência contra uma mulher ou qualquer membro da sua família.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Kennedy Nunes

Lido no Expediente
Sessão de 08/03/18

JUSTIFICATIVA

A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, denominada "Lei Maria da Penha" foi um passo importante para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.

A presente proposta expressa o compromisso do Estado em ampliar as maneiras de coibir, conter e enfrentar a violência contra as mulheres, pois acrescenta nas penalidades de quem pratica tais crimes, a vedação ao ingresso no serviço público, seja por concurso ou contratação administrativa, na medida em que pretende vedar à pessoa que comete esse tipo abominável de crime no exercício de cargo ou emprego público. Vale lembrar que esse tipo de crime não faz distinção qualquer distinção, qualquer pessoa pode cometer os tipos penais previstos na Lei nº 11.340.

O tempo de 5 anos utilizado para demarcar o impedimento do agente, foi tomado como base a prescrição da reincidência, na qual faz com que o agente readquira a primariedade; de acordo com o art. 64, inciso I, do Código Penal, a duração é de 5 anos.

Por essas razões é que solicitamos o apoio de nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

Deputado Kennedy Nunes

PROJETO DE LEI Nº 058.8/2018

Reconhece o Município de Lontras, como a Capital Catarinense de Velocidade na Terra.

Art. 1º Fica reconhecido o Município de Lontras como a Capital Catarinense de Velocidade na Terra.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

**Deputado Milton Hobus
Deputado Aldo Schneider**

Lido no Expediente
Sessão de 08/03/18

JUSTIFICATIVA

Submeto a consideração deste colegiado o Projeto de Lei que visa reconhecer o Município de Lontras como a Capital Catarinense de Velocidade na Terra.

Considerando as potencialidades turísticas de Lontras, se destacam as atividades desportivas referente a velocidade na terra, onde o Autódromo Alceu Feldmann, é um dos poucos autódromos de Santa Catarina aptos a receber etapas do Brasileiro de Velocidade na Terra, além de possuir um motódromo em condições similares que é referencia na região quando o assunto é competição de motocross.

Ainda, seguindo a tendência nacional o município se destaca também nas atividades ciclísticas no desenvolvimento de atividades que promovem a modalidade, a exemplo da Marathon Lontras, que já se encontra em sua 5ª edição.

Neste sentido, conto com o apoio dos senhores Parlamentares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Deputado Milton Hobus

Deputado Aldo Schneider

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0004/2018

ESTADO DE SANTA CATARINA

PODER JUDICIÁRIO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Ofício n. 437/2018 - GP Florianópolis. 6 de março de 2018.

A Sua Excelência o Senhor

Deputado ALDO SCHNEIDER

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Florianópolis - SC

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, projeto de lei complementar que "Transforma cargos do Quadro da Magistratura do Poder Judiciário estadual", acompanhado da respectiva justificativa e documentos extraídos dos autos do Processo Administrativo eletrônico n.38203/2017.

Aproveito a oportunidade para externar votos de admiração e respeito. Cordialmente,

Rodrigo Collaço

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 08/03/18

PROJETO DE LEI Complementar Nº 004/2018

Transforma cargos do Quadro da Magistratura do Poder Judiciário estadual.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O cargo de juiz de direito distribuído na comarca de Araquari é elevado de entrância inicial para entrância final.

Parágrafo único. Ao atual ocupante do cargo são garantidas a posição na carreira da magistratura e a permanência em sua atual lotação até futura movimentação funcional.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias do orçamento do Poder Judiciário.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data da publicação da Resolução TJ nº 34 de 15 de dezembro de 2017.

Florianópolis, XX de XXXXXXXX de 2018.

João Raimundo Colombo

Governador do Estado

JUSTIFICATIVA

A Lei Complementar estadual nº 181, de 21 de setembro de 1999, criou várias comarcas no Estado, entre as quais a de Araquari. Em 28 de novembro de 2003 foi devidamente instalada a comarca de Araquari, e o magistrado lá lotado passou a exercer suas funções na localidade então classificada como comarca de 1ª entrância.

Por sua vez, a Lei Complementar estadual nº 413, de 7 de julho de 2008, estabeleceu a compactação de entrâncias, de modo que as comarcas de 1ª entrância, como era o caso da comarca de Araquari, passaram a ser classificadas como comarcas de entrância inicial.

Por conta do constante processo de revisão da estrutura do Poder Judiciário, realizado com base nos critérios estabelecidos na Resolução TJ nº 28 de 6 de outubro de 2010, detectou-se a necessidade de instalação de uma segunda vara na comarca de Araquari para fazer frente ao volume de demandas em curso e à projeção do aumento no ingresso de novas ações em face da expansão do contingente populacional.

Nesse sentido, instalou-se a 2ª vara na comarca de Araquari, por força da Resolução TJ nº 34 de 15 de dezembro de 2017, utilizando-se do estoque de varas criadas pela Lei Complementar estadual nº 659, de 5 de novembro de 2015. A referida resolução também elevou a comarca de entrância inicial para final, de acordo com os critérios objetivos estabelecidos na Resolução TJ nº 28 de 6 de outubro de 2010.

Como a vara ora instalada e o cargo de juiz de direito distribuído já eram de entrância final, conforme o inciso II do art. 1º da Lei Complementar estadual nº 659, de 5 de novembro de 2015, é necessária a transformação do cargo de juiz de direito de entrância inicial criado pela Lei Complementar estadual nº 181, de 21 de setembro de 1999, e distribuído na época da instalação da comarca, no cargo de juiz de direito de entrância final.

Esse é o objetivo do projeto de Lei Complementar que ora se submete à consideração desta Assembleia Legislativa

TERMO DE DOAÇÃO

TERMO DE DOAÇÃO Nº 002/2017

Termo de Doação de bens móveis com disponibilidade Patrimonial, declarados em desuso/inservíveis, que entre si celebram a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC e Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA - SC

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis, SC, CEP 88020-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.599.191/0001-87, neste ato representado por seu Presidente **Deputado Silvio Dreveck**, brasileiro, casado, Administrador, inscrito no CPF sob o nº 076.611.349-34, doravante denominado **Doador**, e do outro lado o **Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA**, com sede na Rua Tenente Silveira, 162, Centro, Município de Florianópolis - SC, CEP 88010-300, inscrito no CNPJ sob o nº 05.510.080/0001-49, neste ato representado por seu Presidente, **Wanderley Agostini**, inscrito no CPF sob o nº 489.494.349-20, doravante denominado **Donatário**, resolvem de comum acordo celebrar o presente Termo de Doação mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

O presente Termo de Doação, que se refere ao **Processo nº 006/2017**, firmado entre a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e o Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA, com fundamento na Lei n. 8.666/1993, art. 17, inciso II, alínea "a", tem como objeto a alienação, por doação, dos seguintes bens móveis, declarados em desuso/inservíveis:

- 18 (dezoito) cadeiras;
- 01 (um) frigobar;
- 06 (seis) ares-condicionados;
- 10 (dez) notebooks;
- 26 (vinte e seis) monitores;
- 26 (vinte e seis) CPU's;
- 26 (vinte e seis) suportes para monitor.

A presente alienação, por doação, se dá exclusivamente para fins e uso de interesse social, observada a oportunidade e conveniência sócio-econômica.

CLÁUSULA SEGUNDA

OBRIGAÇÃO DO DOADOR

Pelo presente Termo o **Doador** transfere, de direito e de fato, ao **Donatário** os objetos indicados na Cláusula Primeira deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA

OBRIGAÇÕES DO DONATÁRIO

Receber os referidos bens móveis e transportá-los até seu destino final, sem qualquer ônus para o **Doador**.

Utilizar os bens móveis objeto do presente Termo para os fins a que se destinam e se compromete a incorporá-los ao seu acervo patrimonial. Os bens móveis doados não podem ser alienados senão depois de dois anos de vigência deste Termo de Doação.

CLÁUSULA QUARTA

DA VIGÊNCIA

O presente instrumento entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir da sua publicação no Diário da ALESC.

E, por estarem justas e acordadas assinam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Florianópolis, 25 de julho de 2017.

Deputado Silvio Dreveck

Presidente

Wanderley Agostini

Presidente DEINFRA
